

DESLOCAMENTOS DO SUJEITO-JORNALISTA NO DISCURSO DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA

Roziane Keila Grando

Maria Cleci Venturini

Primeiras palavras: a busca pelos fios...

Com a mudança dos tempos e a sociedade em constante desenvolvimento, o discurso de divulgação científica surge como o resultado da ciência em busca da democratização do saber. Emerge com o amparo da mídia, que é quem determina o que deve e pode ser divulgado ao grande público, conforme Grigoletto (2008, p. 47).

Nesse jogo, entre o *que pode e deve ser dito*, o Jornalismo Científico passa a ocupar um lugar de mediador entre o que é do âmbito do conhecimento científico, ou seja, entre a academia, e o que é do conhecimento da população em geral, por meio da mídia. Por esse funcionamento, segundo Grigoletto (2008, 47), as relações de poder permeiam o discurso pela disputa “no espaço da mídia e, por sua vez, na sociedade.” O Jornalismo Científico opera, então, como administrador de sentidos da informação Científica. O jornalista, ainda segundo Grigoletto (p.48), “está determinado pelo poder/verdade da mídia, mas também pelo poder/verdade da ciência” e é quem administra a materialização dos sentidos e o faz constituído pela ilusão de ser a origem do que é dito.

Essa modalidade textual encaminha para o discurso, definido por Pêcheux (1997), como efeito de sentido entre interlocutores, sendo que o sujeito busca legitimação para o seu dizer por meio de gestos de interpretação, que conduzem à re (iteração) do dizer, pelos comentários introduzidos no texto científico, como uma estratégia capaz de transformar/deslocar o que é da ordem da ciência para o senso comum em seu texto, possibilidade aos sujeitos leitores o acesso a informações, que sem esse trabalho não seria interpretado/compreendido, talvez apenas lido. Ancorada nesses pressupostos, Grigoletto afirma que o Discurso de Divulgação Científica não é o discurso da ciência, mas um novo

discurso em relação à ciência, que se constitui como novo, mesmo sem produzir uma ruptura em relação aos domínios da ciência.

A produção desse novo discurso se dá no/pelo movimento entre o que é da ordem do senso comum, e o que é ordem científica, produzindo, de acordo com a autora (2008, p. 48) deslocamentos, rupturas e talvez ambigüidades, “já que se mantém o efeito de ressonância do discurso da ciência”. Os dizeres da ciência são deslocados para outro espaço discursivo, atuando entre o que é da mídia, e o que é do senso comum. E é neste espaço discursivo, entre o que é do domínio da ciência, do senso comum, entendido pelo leitor, e da mídia, que o Discurso de divulgação científica se produz no espaço entre o velho-o, o já-dito -, e o novo que é interpretado, e re(atualizado) e re(formulado) em cada tomada da palavra.

Na perspectiva discursiva, o discurso da ciência, o do cotidiano e o da mídia em suas linearidades são atravessados por diferentes discursos, nos quais os sujeitos se movimentam e saberes vindos de outros lugares constituem no eixo da formulação os dizeres. Vemos nesse discurso, materializados o dizer do cientista, do leitor e do jornalista, sendo que este último organiza o que é dito, pois representa o locutor, a quem segundo Pêcheux (1997, p. 214), “é atribuído o encargo pelos conteúdos colocados”. Ele é, portanto, aquele que toma posição, “com total conhecimento de causa, total responsabilidade, total liberdade, etc. [...]”. O jornalista constitui-se, portanto, pelo que atravessamento de discursos e embates entre várias posições, subjetivando-se no discurso de divulgação científica, enquanto sujeito clivado, dividido, que se constrói na alteridade.

Assumimos, na esteira de Pêcheux (1997), que o sujeito do discurso não é um sujeito empírico, que diz “eu”, colocando-se como a origem do dizer, mas aquele que, inserido em uma formação social é interpelado em sujeito pela ideologia e atravessado pelo inconsciente. Essa interpelação explica as razões pelas quais há, em seu discurso, marcas do social, do ideológico e do histórico. O sujeito, nessa perspectiva teórica, ocupa um lugar social, e os seus dizeres são constituídos pelas modalidades de sua interpelação à forma-sujeito e aos saberes que constituem o sujeito do saber (interdiscurso).

Pêcheux (1997, p. 214) discorre sobre o desdobramento do sujeito em locutor, que explicitamos anteriormente, recortando como o sujeito jornalista no discurso de divulgação científica, e o segundo termo que representa “o sujeito universal, sujeito da ciência ou que se representa como tal”. A relação entre o sujeito locutor (da enunciação) e o sujeito do saber, de acordo com o mesmo autor “corresponde, a rigor, à relação [...] entre pré-construído (o sempre-já aí da interpelação ideológica que fornece-impõe a

‘realidade’ e seu ‘sentido’ sob a forma da universalidade – o ‘mundo das coisas’) e articulação ou efeito-transverso, [...] que representa no interdiscurso aquilo que determina a dominação da forma-sujeito [...]”. Tendo em vista essas relações o autor sustenta que o locutor pode identificar-se, contrair-se ou desidentificar-se da forma-sujeito, aceitando os saberes do sujeito universal (bom sujeito) ou distanciando-se, buscando por respostas para as suas questões (mau sujeito) ou então, rompendo com o sujeito do saber, buscando outras filiações.

Estas formulações encaminham para uma visão de sujeito e das formações discursivas heterogêneas, mostrando que sempre há “algo que falha” e que as formações discursivas não se constituem com fronteiras fixas, mas por deslocamentos devido a saberes vindos de outros lugares. Henry (1992, p. 140) afirma que o sentido

[...] se constitui enquanto efeito ideológico. Ao mesmo tempo essas relações com outros textos, outras palavras, outros discursos individuais, nos quais esse sentido se constitui como efeito, não se dá com quaisquer textos, quaisquer discursos individuais ou quaisquer palavras. São justamente aquelas que podem ser relacionadas com uma mesma forma-sujeito “sujeito coletivo”, cujas condições de existência será preciso definir.

Segundo esse autor o sujeito coletivo abarca a dimensão do inconsciente, que assim como a ideologia constituem-se de marcas da individualidade. No entanto, é importante considerar que a constituição de individualidades e a saturação do discurso sob a forma da universalidade funcionam como instrumentos dos aparelhos ideológicos, pelos quais ocorre a simulação de verdades inquestionáveis, especialmente no discurso da ciência. No entanto, de acordo com Henry (1992, p. 128) o sujeito da ciência não corresponde ao sujeito universal, detentor de todo o saber, mas a um sujeito histórico, assujeitado ao ideológico. Se o sujeito da ciência correspondesse ao sujeito do saber, todo o discurso científico representaria o lugar da objetividade e da verdade científica e vemos, pelas análises empreendidas, que o sujeito se subjetiva, movimentando-se entre várias posições.

O discurso de divulgação científica e os movimentos do sujeito

Grigoletto (2008, p. 47) destaca que o discurso de divulgação científica surge como uma espécie de produto da ciência em busca possibilidade de fazer uma “democratização do saber”. A consequência disso é que o jornalismo científico passa a ocupar o centro desse lugar, mediando as relações do conhecimento científico, posto que se situa entre a academia e a grande parcela da população por meio da mídia. Orlandi (2001), diz que no sujeito há um desejo constitutivo, ou seja, o sonho de fazer a cópia fiel; de um lado a vontade do autor, e do outro o da unidade da estabilidade, da imutabilidade, da integridade.

Na escrita do discurso de divulgação científica o autor não é uma *posição-autor*, nem a representação de um sujeito empírico, que se responsabiliza pelo dizer. Ele é um lugar no imaginário constituído pelo confronto do que é simbólico e com o que é político. Ou seja, o sujeito do discurso se constitui e representa pelas marcas do que é social, do que é de fonte ideológica e também histórica, mas ainda assim tem a ilusão de ser a fonte de sentido.

A forma-sujeito corresponde à função-autor, Orlandi (2001) e a forma-sujeito histórica equivale a nossa forma social, é a de um sujeito clivado, entre a e sujeito de, ao mesmo tempo em que o sujeito é livre para dizer o que quer é responsável, demarcando o que diz, mas “determinado pela exterioridade” (no sentido de que sempre algo fala antes, em outro lugar). Neste sentido, a função-sujeito é concebida por Orlandi na história e na linguagem, quando aquele realiza o imaginário da unidade, e possui a ilusão do sujeito como origem.

Henry (1992, p. 184-5) associa-se a Althusser ao reconhecer o conhecimento, o qual se dá por um processo “sem sujeito nem fim”, mas vê aí como problema a não existência do sujeito, apontada por Lacan. Para resolver esse aparente paradoxo propõe a distinção entre conceito e objeto do conhecimento. Para clarear, distingue o que seja cada um deles. Retomando suas palavras podemos dizer que o conceito é o lugar “da produção do conhecimento enquanto processo histórico”. Isso implica que não haja o sujeito do conceito, que o conceito nunca esteja acabado e que ele não seja criado, mas construído em processo de produção, isto é, de “transformação”, de tal forma que o objeto de conhecimento seja visto como uma apropriação subjetiva do conceito.

A subjetividade, constitutiva do sujeito em seus movimentos permite ver como a língua acontece no homem e nos sentidos possíveis em cada discurso, uma vez que, sujeito e sentido se constituem ao mesmo tempo, na articulação da língua com a história, entrelaçados pela ideologia e pelo imaginário, e que o sujeito subjetiva-se na medida em

que projeta uma situação (um lugar) no mundo para sua posição no discurso. Nessa perspectiva, a leitura (de quem lê o texto jornalístico) e a escritura (do autor que articula o texto) são práticas relacionadas à simbolização e à constituição de realidades significadas no texto, as quais imprimem sentidos aos discursos em sua relação com a exterioridade, nas condições em que eles são produzidos e dependentes de formações discursivas que vão além das intenções dos sujeitos. Os dizeres são efeitos de sentido produzidos em condições determinadas, presentes no modo como se diz, quando se diz e por que se diz e que, por isso mesmo, deixam vestígios que ao observar o discurso do sujeito-jornalista, no jornalismo científico, procura-se não entender o texto ali escrito, como mero produto, e seguir para compreender os sentidos aí produzidos e relacionar o dizer com sua exterioridade, suas condições de produção. O sentido, de acordo com Orlandi (2002), tem a ver com o que é dito ali, mas também com o que é dito em outros lugares, assim como com o que não é dito, e com o que poderia ser dito e não foi. Tanto é assim, que as margens do dizer do discurso, também fazem parte dele.

Todos os sentidos já ditos por alguém, em algum lugar, em outros momentos, mesmo muito distantes, têm um efeito sobre o discurso e sua enunciação e na leitura, enquanto processo de constituição de sentidos, significam no intradiscurso, enquanto fio do discurso do sujeito jornalista, também pode ser entendido como Pêcheux (1997, p. 167), define: “a rigor, um efeito do interdiscurso sobre si mesmo, uma “interioridade” inteiramente determinada como tal do exterior”. Com isso, destacamos que o ato de ler do leitor e o ato de escrever do articulista, constituem-se pela experiência dos sujeitos, pelas “memórias” já constituídas agregadas ao “novo discurso”, pelas filiações de sentidos e inscrições desses sujeitos a redes de memória, que possibilitam novos sentidos e outros dizeres. Isso se dá pelo jogo da língua e pela historicização, definida por Orlandi (2004, p. 75) “como o conjunto do dizível e do interpretável”, disponível para sujeitos interpelados pela ideologia e atravessados pelo inconsciente.

Com isso, sublinhamos na esteira de Pêcheux que o sentido de palavras, expressões, formulações não dependem dos sujeitos e de suas vontades, pois o dizer é significativo pelo trabalho da língua na história, do que se conclui que o dizer do sujeito é insuficiente para a compreendermos o que ele quis dizer quando disse algo em determinado momento ou situação, pois o já-dito, que sustenta a possibilidade de todo o dizer, é fundamental para interpretar/compreender o discurso, neste caso, por meio do discurso de divulgação científica. Enfim, as filiações ideológicas e a inscrição a determinadas formações discursivas recobrem a identidade sócio-política do sujeito, sua

historicidade, sua significância e seus compromissos políticos e em suas ideologias, que permitem reconhecer suas necessidades, seus problemas e suas possibilidades, enquanto sujeito social.

O sujeito ao falar filia-se a “redes” de sentidos. Essa “filiação” está atrelada à ideologia e ao inconsciente determinados pela relação com a língua e com a história, mediada pela experiência simbólica e imaginária. Ao sujeito submeter-se a língua (gem) ele se reflete em sua interpelação pela ideologia, pois pela imposição de dar sentido, ele pratica o gesto de significar(-se), gesto este provido de um movimento sócio-historicamente situado. E assim, acontece uma articulação entre a ideologia e o inconsciente, produzindo o que Orlandi (2001), chama de tecido de evidências “subjetivas”, tal que constitui o sujeito e não o afeta. Entende-se desta forma, que há um jogo da língua na história, e na produção dos sentidos. Ainda com Orlandi (2001, p. 102) “é o acontecimento do objeto simbólico que nos afeta como sujeitos”.

Ler a fala do sujeito por meio de discursos significa ver a linguagem, segundo Orlandi (2001) como “movimento”, como “idéia em curso”, como “o ato de compreender a língua fazendo sentido”, enquanto trabalho simbólico, que prioriza o trabalho social geral, constitutivo do sujeito e da sua história. Nessa perspectiva, a singularidade e a identidade do sujeito decorrem de sua capacidade de significar e significar-se por meio de processos discursivos, que designam, segundo Pêcheux (1997, p. 161) “o sistema de relações de substituição, paráfrases, sinonímias, etc..., que funcionam entre elementos lingüísticos – “significantes” – em uma formação discursiva dada.” A língua tem o papel de mediadora necessária entre o sujeito e a realidade natural e social que o cerca. Segundo Orlandi (2001, p.15) “é essa mediação que torna possível tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do sujeito e da realidade em que ele vive”.

Para a AD o sujeito não é totalmente livre, nem totalmente assujeitado, movendo-se entre o espaço discursivo do que é incompleto, e da vontade de ser completo, esquecendo-se de que é heterogêneo e se constitui pela falha. Courtine (1982, p. 252) descreve um conjunto de modalidades particulares de identificação do sujeito da enunciação como o sujeito do saber, considerando os efeitos discursivos específicos que se relacionam à formação discursiva. Com isso, toma de Foucault (2004) a noção enunciado-dividido, a partir do qual formula sua tese acerca do discurso político endereçado aos cristãos, consolidando as contribuições de Arqueologia do saber nos domínios da AD.

O sujeito-jornalista e a relação com o discurso da ciência

Henry (1992) afirma que a categoria do sujeito da ciência, pretende ser universal, pretende possuir evidências de sentido, mas toda noção de “sujeito-ciência” precisa ser pensada como um efeito ideológico particular, resultado de um desdobramento do sujeito (pois o autor busca tomar diversas formas históricas), pois se sujeito e sentidos caminham juntos, então os sentidos também são ideológicos, uma vez que acontece a relação entre palavras, textos e discursos, pois o sujeito-ciência busca trazer a evidência da verdade e da objetividade, como todo texto científico, amparando-se através deles (textos, discursos e palavras), argumentar de forma rigorosa de exposição, buscando provas para validar seu discurso. Logo, entende-se que sujeito e sentido Grigoletto (2008), se constituem mutuamente no discurso científico. Ainda segundo a autora, buscam ocupar diferentes posições, (o lugar do editor, jornalista-científico, sujeito-cientista, sujeito-leitor).

Conforme Orlandi, (2001) o discurso de divulgação científica desloca o processo do conhecimento científico para a informação científica. A notícia da produção científica e a produção científica ocorrem pelo movimento de publicização, que é a possibilidade de se fazer ciência em uma formação social como a nossa. Entende-se que o discurso de divulgação científica não é uma adição de discursos, mas sim uma troca específica com efeitos particulares, que acabam se produzindo pela imposição/injunção a seu modo de circulação, “estipulando trajetos para a convivência social com a ciência”.

A mesma autora destaca que quando o jornalista lê um discurso e também o dizer do outro (o cientista) faz um duplo movimento de interpretação: parte do discurso, enquanto materialidade, produzindo lugar para a interpretação e, ao fazer isso, desliza para o seu lugar de jornalista, constituindo efeitos de sentidos próprios do jornalismo científico. Cabe ao jornalista produzir uma forma específica de autoria (pela assinatura), da qual decorrem novos gestos de interpretação e efeitos-leitores, tendo em vista que os que lêem também ocupam lugares e se inscrevem em formações discursivas específicas. Esse efeito-leitor corre para o deslocamento pelo uso de uma terminologia (e seu modo de significar o discurso científico), de uma metalinguagem que faz a ponte entre o discurso científico e o senso comum. Por isso, entende-se que enquanto o conhecimento científico fica “sacralizado” nos laboratórios, conforme Orlandi (2001, p.152), a informação científica é divulgada, tornando acessíveis os efeitos do discurso da ciência.

A preocupação que permeia o discurso científico é com a leitura da ciência realizada pelo sujeito-leitor não cientista, que desconhece os meandros da construção do

conhecimento. Diante dessa preocupação o divulgador de textos científicos apresenta ao leitor uma versão do texto científico. Para isso, o DDC, parte do que é um texto, de ordem científica, organiza sentidos, tentando manter o que Orlandi chama de “efeito-ciência”, ou seja, busca dizer de outro modo, na ordem do discurso jornalístico, através de uma organização textual. Segundo Orlandi, (2001) o deslocamento terminológico faz com que o discurso da ciência circule, tome corpo, e seja divulgado.

Orlandi (2001, p. 158) diz que “do ponto de vista técnico, dá-se a separação entre a ciência e o saber, lendo um artigo DC *you do not know x you know x.*” Isso é o que chama de efeito de informação. Conforme ela, não se diz “os genomas são *x*”, mas sim “o cientista tal, define genoma como *x*”. Ocorre aí não um discurso da ciência, mas um discurso *sobre* a ciência, ou seja, os termos e conceitos científicos são descritos e retomados, num funcionamento em que se constituem como informações e isso, segundo a autora, dota o discurso de valores de verdade. O leitor, do seu lugar, de acordo com Orlandi (2001) não se relaciona e nem se identifica com o lugar do cientista. Esse distanciamento faz com que perca o seu lugar na leitura dos textos de divulgação científica, uma vez que a falta de criticidade impossibilita o entendimento do seja fazer e ler a ciência.

O texto de divulgação científica, assim como os demais textos que encaminham para discursos adquirem sentido pelas regularidades da língua em funcionamento e pela subordinação às condições de produção (sujeitos, situação e memória), que, em sentido estrito decorre do contexto imediato e das circunstâncias da enunciação (o local, o momento, os sujeitos, principalmente). Em sentido amplo as condições de produção dizem respeito ao contexto sócio-histórico, aos efeitos de sentidos traduzidos pelos elementos que derivam da formação social, com suas instituições, com seus modos de organizar o poder, a história, a produção de conhecimentos, segundo um imaginário que afeta os sujeitos em suas posições.

Assim, o ato de escrever depende da leitura, só que o sujeito-leitor coloca-se como sujeito-autor, constituindo-se pelos esquecimentos trabalhados por Pêcheux (1997) e reinterpretados por Orlandi em seus vários textos. Por esses esquecimentos o sujeito tem a ilusão de ser “a fonte do dizer” e também de que o “dizer sempre pode ser outro”. Na escritura do texto jornalístico é importante que o articulista, se constitua como sujeito-autor, mas que tenha consciência de suas inscrições a formações discursivas e das possibilidades de “redizer o dito”, desenvolvendo a criticidade e a leitura do que não está-dito, mas que constitui o dizer.

No processo de leitura o “entendimento” exige apenas o conhecimento do código, mas a interpretação pressupõe dadas condições de produção, ou seja, quem são os locutores/interlocutores? Qual a relação entre o co-texto (todo o dito) e o contexto imediato. A compreensão implica ir além do entendimento e da interpretação. Exige também a identificação e explicitação dos processos de significação, que nem sempre estão presentes no fio do discurso, mas que ressoam e exige que o leitor “escute” outros sentidos que ali estão, bem como o funcionamento deles, relacionando sujeito e sentido, ou seja – compreender como o objeto simbólico produz sentidos e como o objeto está investido de significância para e por/para/nos sujeitos.

Observando o discurso de divulgação científica

Os textos jornalísticos trazem visibilidade a um trabalho de textualização da memória discursiva, produzindo, de acordo com Mariani (1999) sentido e memória. Na medida em que os textos produzem conhecimento e projetam a imagem de um leitor, neste caso, é válido considerar também que o leitor produz sentido a cada momento, nos termos de Bauman (2001).

Vale ressaltar, que se escolheu como categoria de análise, textos-jornalísticos, os quais circulam na sociedade atualmente, como é o caso do texto intitulado “*OMS sobe o alerta contra a gripe suína, por Marcelo Nínio da Folha de São Paulo*” com o objetivo de olhar a constituição de sentidos no discurso de divulgação científica, especificamente no que se refere à Gripe Suína, provocada pelo vírus H1N1. Nesses textos, o sujeito-autor falar de um determinado lugar social e se movimenta, ocupando diferentes posições-sujeito.

Conforme Grigoletto (2008), ao tomar a palavra o sujeito jornalista passa a ocupar um lugar social e se desloca para o lugar discursivo de jornalista científico, produzindo efeitos sobre os leitores, atuando como mediador. Isso significa que ele se movimenta discursivamente por vários lugares, ocupando diferentes posições-sujeito. Empiricamente, entretanto, continua no mesmo lugar social. O sujeito do discurso, pela sua inscrição em um determinado lugar discursivo, participa inconscientemente de um “jogo”, ou seja, ora se relaciona com a forma-sujeito, que abriga uma forma histórica, saberes e poderes inerentes a ele, ora ocupa uma posição social própria do profissional jornalista que é, o que Pêcheux (1997) designa de posição-sujeito. A identificação entre o sujeito enunciador e o sujeito do saber ocorre como uma sobre-determinação. Observemos:

(SD 1) Causada pelo vírus influenza A, chamado de H1N1, a gripe suína é uma doença respiratória transmitida de pessoa para pessoa. Os infectados apresentam sintomas semelhantes aos da gripe comum, como febre alta, dor de cabeça e dores musculares, mas também vômitos e diarréia mais severos. (in: NÍNIO, Marcelo. Folha de São Paulo, frente A, p.12, *grifo meu*)

Na SDR1 o autor fala da posição de editor, que a gripe é “*causada pelo vírus influenza*” e em seguida incorpora os saberes do discurso científico e isso se percebe pelo uso da expressão “*vírus influenza e H1N1*”, enquanto termos próprios da ordem da ciência.

O jornalista, conforme assinalamos, anteriormente, inscreve-se no lugar discursivo de editor, ou mesmo de jornalista científico, e ao tomar a palavra, dizendo que a gripe suína é “uma doença respiratória transmitida de pessoa para pessoa”, acaba por ocupar outro lugar, e outra posição: a posição-sujeito cientista. Ou seja, ele incorpora o discurso que circula na ordem da ciência sobre esse campo do saber, produzindo então, gestos de interpretação. É o que Pêcheux (1997, p.168), chama de *fenômeno de simulação-presentificação*, que envolve um movimento do “*como se*”, onde a “incorporação” dos elementos do interdiscurso acontece a ponto de confundi-los, de tal modo que as fronteiras entre o que é dito, e a propósito do que isso é dito desaparecem ou se deslocam. O lugar discursivo do jornalista é apagado, pois o locutor “esquece” que é jornalista e fala *como se* fosse cientista, mesclando-se assim dois discursos: o discurso do sujeito da mídia, e o discurso da ciência.

No discurso de divulgação científica é recorrente a inscrição do jornalista no lugar discursivo de editor e o movimento de aderência ao discurso da ciência, à medida que recorta saberes que compõem o discurso da ciência e os descreve para o leitor em forma de relato, atuando como mediador entre os saberes da ciência e o senso comum:

(SD 2) Esta é a primeira vez que a OMS coloca o alerta no nível quatro desde que a escala foi criada em 2005, devido à gripe aviária. O grau cinco indica que há focos em mais de dois países de uma mesma região, e o seis que a pandemia é oficial. (in: NÍNIO, Marcelo. Folha de São Paulo, frente A, p.12)

Na SD2 o locutor, aquele que assume a responsabilidade pelo dizer, relata os graus de alerta da gripe suína e fala dos focos da doença. Mas para que os leitores possam entender o que é escala e o que significa isso, vai descrevendo cada um destes graus para o seu leitor. Faz isso a partir do que é da ordem do saber da ciência e, enquanto jornalista produz o comentário, dizendo que “é a primeira vez que a OMS coloca o alerta”. Entendemos que ele procura isentar-se de responsabilidade, simulando neutralidade, pois não faz comentários e nem estabelece efeitos de conclusão a respeito dos focos, somente descreve os graus da escala da OMS. É o que pode ser chamado de efeito-leitor, um entrecruzamento entre a incorporação do discurso científico e do discurso cotidiano.

Para exemplificar os movimentos do sujeito no discurso de divulgação científica, recortamos sequências discursivas de referência da entrevista dada pela infectologista Nancy Ballei a jornalista Mônica Tarantino, publicada na Revista Istoé, de 26 de agosto de 2009. Antes de colocar as questões e as respostas dadas pela cientista, a jornalista dota o seu texto de efeitos de verdade, falando sobre a gripe, traduzindo o que seja gripe vírus H1N1, a idade da entrevista, o número de pacientes atendidos por dia antes do surto da gripe e durante o surto. Além disso, traça uma panorâmica da atuação profissional da infectologista e também da doença, situando com clareza a razão da entrevista, ou seja, o fato de que muitas mortes por gripe suína poderiam ser evitadas.

Nessa entrevista pode-se observar o movimento do sujeito, desempenhando funções de tradutor do discurso para ciência, elaborando questões que respondem às críticas em relação à atuação dos médicos em relação aos infectados, e também ao número de mortes e de certa forma, buscando responder questões colocadas pelo ministro da saúde, José Gomes Temporão, quando diz que o medicamento para a gripe – o Tamiflu, deve ser usado com cautela, ou seja, somente quando há confirmação da doença. Seleccionamos, desta matéria, três SDRs, colocando juntas a pergunta do jornalista e a resposta da médica.

(SDR 3)- ISTOÉ – A taxa de letalidade da gripe suína no Brasil está em torno de 12%. O que isso significa?

NANCY – esse índice se refere ao percentual de morte entre as pessoas internadas. Até agora, foram hospitalizadas cerca de seis mil pessoas no Brasil com sintomas graves e suspeita de gripe

suína. Dessas, cerca de 1,5 mil tinham testes confirmados. Entre essas últimas, em torno de 12% morreram. Isso é um absurdo. É um índice altíssimo. Uma taxa baixa seria algo em torno de 2% para esses pacientes, já que, como dizem, é uma doença que raramente mata. Se fosse mesmo assim, não deveria ser de 12%.

Nessa sequência discursiva, o jornalista, de um lado, movimenta-se entre a posição-sujeito daquele que sabe do que fala (cientista), tanto que emprega a palavra “letalidade”, a qual dificilmente seria usada fora do discurso da ciência e de jornalista, buscando estabelecer um elo entre o que a “ciência diz” e os sujeitos da formação social podem entender. Nessa posição ele busca o discurso autorizado da cientista, perguntando o que significa 12% de mortes por gripe suína. De outro lado, a cientista traduz o movimento da doença. Desliza entre o senso comum, explicando o número de pessoas internadas e dizendo por que 12% por cento de mortes é um índice “absurdo”. Traduz também o que seria “uma taxa baixa”.

Os leitores familiarizados com notícias sobre a epidemia identificam a filiação da médica a uma formação discursiva contrária a do ministro, pois se pode ler nas suas palavras, uma réplica ao que ele diz, ou seja, ele diz que a doença “raramente mata”, mas matou 21% dos infectados. Diz que a taxa é baixa, mas é de 12%, então é alta. Em relação aos efeitos de sentido, as posições dos sujeitos-leitores dependem das filiações políticas deles, se estiverem do lado do ministro (e do que/quem ele representa) entenderão que a médica está criticando, sem razão. Mas, os que ocuparem posição contrária, entenderão que ela está certa, ainda mais que, pela apresentação feita pelo jornalista, ela tem legitimidade para dizer o que diz.

Na sequência da entrevista o jornalista pergunta sobre as causas dessas mortes. Observemos como ele se movimenta e a posição-sujeito de Nancy Bellei.

(SDR 4) - ISTOÉ – Qual a causa disso? É sobrecarga de pacientes nos serviços de saúde?

NANCY – Não, as pessoas não estão em pânico. Pânico é quando o indivíduo dá o primeiro espirro e corre para o pronto socorro. Mas o que estamos vendo no serviço público é as pessoas chegarem entre 48 e 72 horas depois de os sintomas aparecerem, quando pode ser tarde demais. E algumas vêm após terem

passado por outros serviços. Eu mesma atendo pacientes com sintomas intensos que passaram por outros médicos, mas não tiveram a indicação do remédio.

O jornalista em sua questão constrói um elo entre “o que se diz” entre os médicos e responsáveis pela saúde, colocando-se no lugar onde a sua interlocutora o ouve. Assim, pela projeção imaginária que faz, espera uma resposta e essa resposta vem na medida certa. A médica afirma que não há pânico e, assim, responde às autoridades da saúde, que dizem o contrário. Além dessa afirmação, ela define o que é pânico e exemplifica: as pessoas demoram muito tempo para ir ao médico. Finalmente, faz duas colocações que confirmam apagamentos de realidades e, por isso, a manipulação do discurso: diz que 48 e 72 horas depois dos sintomas “pode ser tarde demais” e também que atendeu pessoas que já haviam passado por outros médicos e não tiveram indicação do remédio. Essas respostas encaminham para outra questão, e aí, aparece a posição em relação aos médicos e ao treinamento que não tiveram.

Como se vê, a jornalista faz a entrevista e a médica responde, sustentando que os sujeitos se movimentam entre várias posições, de um lado falando do lugar do discurso da ciência e de outro fazendo a divulgação científica, estabelecendo ligação entre o que é divulgado para a opinião pública e o que pensam ser a verdade dos fatos. As perguntas tocam nos pontos mais polêmicos da doença, a questão da sobrecarga dos hospitais, a falta de UTIs e o acesso ao remédio. Isso se pode ver a seguir.

(SDR 5) – ISTOÉ – E quanto ao acesso ao remédio?

NACY – É claro que uma situação de gripe é dinâmica e exige que sejam feitas adaptações nos protocolos de atendimento. Mas as mudanças constantes nas regras para distribuição do remédio causam confusão. Tivemos pacientes com complicações porque não receberam o antiviral. Isso aconteceu inclusive com grupos de risco, como gestantes e hipertensos , porque as orientações anteriores não previam o tratamento de todos os casos que se enquadrassem nesta categoria. Isso mudou há cerca de três semanas.

A jornalista continua o movimento de um lado a outro, falando como jornalista, como povo e também como aquela que sabe do que fala. A pergunta é certa e a resposta vem na mesma medida. De um lado aprova mudanças no protocolo e de outro critica as mudanças. Entretanto, sempre busca ancorar as posições em dados, fatos e essa construção de evidências é uma das características da ciência, dos efeitos de verdade de um discurso. Diz da situação anterior e também diz do presente, apontando as mudanças, as fragilidades. Poderíamos continuar fazendo recortes e veríamos que a entrevista enfoca a transmutação do vírus, tão falada pelo ministro da saúde. Esse argumento também é derrubado. Diante do espaço para tratar disso, nos encaminhamos para as conclusões, ainda que parciais, diante de tema tão polêmico, quanto atual.

Efeito de conclusão...

As análises das cinco sequências discursivas advindas de dois suportes distintos nos permite concluir que os sujeitos se movimentam e encaminham o dizer de acordo com as inscrições e filiações a determinados saberes. O jornalista, de seu lado, movimenta-se entre o conhecimento da ordem do estabilizado, do higienizado e com o objetivo de chegar o mais próximo possível do seu leitor, constrói evidências e efeitos de verdade e de autoridade. Dá visibilidade à polêmica, ao que é notícia, ao que interesse. Com isso demonstra que sabe, mas ao mesmo tempo divulga esse saber, torna-o acessível, trazendo pelo seu texto outros discursos ditos há pouco, mas também aqueles que constituem memória, que insistem em retornar, sustentando os dizeres, restabelecendo poderes ou questionando-os.

A cientista, do seu lado, faz o mesmo, trabalha com a palavra de forma a ser entendida. Em seu discurso sustenta o que diz, constitui espaços de memória, abre furos, mas busca preenchê-los, satura o discurso e ao mesmo tempo abre para outros dizeres, fazendo irromper, pelo funcionamento do interdiscurso, discursos ausentes, mas que são presença na ausência. O jornalista faz o contraponto, mostra que a sua entrevistada e ele mesmo, possuem legitimidade para entrar nessa ordem do discurso: ele, de um lado sabe do que fala, conhece a matéria, do que se diz sobre/em torno dela e a cientista, de outro lado, conhece a doença, seu funcionamento, os remédios e, pelo que se pode ler/interpretar/compreender de sua fala, conhece o sistema de saúde brasileiro, mas só isso, e ela conhece também as manipulações em torno de temas polêmicos.

Referências bibliográficas

- BAUMAN, Z. *Modernidade líquida*. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- GRIGOLETTO, Evandra. *Do lugar discursivo à posição-sujeito: os movimentos do sujeito jornalista no discurso de divulgação científica*. In: Práticas discursivas identitárias: sujeito e língua. Porto Alegre: Nova Prova, 2008.
- FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. Trad. De Luiz Felipe Baeta Neves. 7ª. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.
- HENRY, Paul. *A ferramenta imperfeita: língua, sujeito e discurso*. Trad. Maria Fausta P. de Castro. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992.
- MARIANI, B.S.C. Sobre um percurso de análise do discurso jornalístico - *A revolução de 30*. In: Indursky, F. E Ferreira, M. C. L (orgs) “*Os múltiplos territórios da Análise do Discurso*”. Porto Alegre: Editora Luzzatto, 1999, p. 102- 121.
- ORLANDI, E. P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 3 ed. Campinas, SP: Pontes, 1999.
- ORLANDI, E. *Discurso e texto*. Campinas, SP: Pontes, 2001.
- PÊCHEUX, M. *Análise Automática do Discurso*. Trad. Eni P. de Orlandi. Em F. Gadet & T. Hak (orgs) *Por uma Análise Automática do Discurso. Uma Introdução à Obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.
- PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica afirmação do óbvio*. Trad. Eni Orlandi [et. al.]. 3. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.